



A REDE E A VENDA

Perla de Campos Mendonça¹

No templo frio onde a lei deveria reinar,
há quem erga a voz não pelo direito — mas pelo altar
do nome, do poder, do capital,
defendendo a pessoa, o erro, o sinal

do prestígio que paga, do cliente que importa,
enquanto o direito fica do lado de fora da porta.

Um pescador que ama mais a rede que o mar —
assim o operador que aprendeu a negociar
não com a justiça, mas com quem a pode comprar,
tecendo argumentos que o direito vêm distorcer
para que o culpado ilustre possa se manter
intocado, acima, além do alcance da lei —
enquanto o simples, o pobre, o réu sem verniz,
afunda nos autos sem que ninguém o ouviu.

A rede, aqui, não pesca verdade nem razão —
pesca o contrato, o honorário, a proteção
do poderoso que nunca deveria ser protegido
pelo direito — mas pelo direito foi traído.

Porque quando o advogado defende o erro com maestria,
quando defende a pessoa e esquece a harmonia
do que é justo, do que é certo, do que é real,
ele não exerce o direito — ele o faz sangrar.

¹ Docente do Centro Universitário de Minas Gerais – UNIFIMES. Nota de uso de inteligência artificial: Este poema foi produzido com auxílio do modelo de linguagem Claude (Anthropic, 2026). A concepção temática, as referências literárias — incluindo a obra de Osvaldo Montenegro —, a proposta crítica e os direcionamentos criativos partiram exclusivamente da autora, que assume integral responsabilidade pelo conteúdo.



E a Justiça, vendada em sua estátua fria,
foi concebida assim para que um dia
nenhum rosto influísse na balança —
nem o rico, nem o pobre, nem a esperança

do poder que sorri nos corredores do fórum,
cumprimentando togados com o mesmo decorum
de quem sabe que a venda pode ser ajustada,
que a balança pode ser, sutilmente, inclinada.

Mas o que deveria ser cegueira justa
tornou-se, às vezes, cegueira que se ajusta
ao lado de quem tem mais a oferecer —
e o direito, o mar imenso, vem morrer

na praia rasa de um parecer comprado,
de um habeas corpus para o bem-relacionado,
de uma tese brilhante erguida não pela verdade,
mas pelo sobrenome, pelo cargo, pela vaidade.

O mar não tem dono — essa é sua grandeza,
o direito não tem rosto — essa é sua nobreza.
Mas quando a rede escolhe onde e para quem pescar,
o mar deixa de ser livre — e o direito, de ser mar.

Que injustiça mais cruel, a que veste toga,
a que cita Kelsen enquanto o pobre se afoga,
a que ergue a Constituição como escudo e bandeira
mas a dobra com cuidado para a carteira.

O erro defendido com arte e eloquência
não deixa de ser erro — perde apenas a aparência.
E a pessoa defendida acima do que é certo



deixa o direito nu, abandonado, descoberto.

Porque o direito é o mar — vasto, de todos, profundo,
e não deve curvar-se a nenhum mundo
de privilégios costurados em rede fina,
onde a justiça serve a quem a ilumina

com o brilho do ouro, com o peso do status —
enquanto os demais ficam no hiatus
entre o que a lei promete em seu texto frio
e o que de fato escorre neste rio.

Que o operador do direito se pergunte, enfim:
Estou defendendo o direito — ou estou defendendo a quem?
Porque se a resposta hesita, se a consciência range,
é o mar que está morrendo — enquanto a rede se expande.